MoÃ§Ã£o Apresentada na Assembleia Municipal de Viseu de 8 de Janeiro

11-Jan-2010

MOÃ‡Ãƒ O

REFORÃ‡O DO ENSINO SUPERIOR PÃšBLICO EM VISEU

Os viseenses tÃªm vindo a reclamar desde hÃ¡ muito ensino universitÃ¡rioÂ pÃºblico. Essa reivindicaÃ§Ã£o tem sido negada por uns governos e iludida por outros, Â comÂ promessas que ou nÃ£o sÃ£o cumpridas ou sÃ£o anuladas pelos governos seguintes, ouÂ representam tentativas de conciliar objectivos antagÃ³nicos: criar mais ensino superior pÃºblico sem prejudicar os interesses das instituiÃ§Ãµes de ensino superior privadas existentes no concelho e na regiÃ£o. Pelo meio, desperdiÃ§aram-se oportunidades, prejudicando o desenvolvimento da nossa regiÃ£o.

Efectivamente, o que os viseenses almejam Ã© ver aumentada a oferta de ensino superior pÃºblico, universal, de qualidade e tendencialmente gratuito, jÃ¡ que muitos jovens estudantes tÃªm vindo a abandonar os estudos superiores por falta de dinheiro para as propinas.Â

Considerando que Viseu vÃª cada vez mais reduzido o espaÃ§o vital para a implementaÃ§Ã£o de uma Universidade PÃºblica, dado a reduÃ§Ã£o de nÃºmero de alunos e os cortes no financiamento das instituiÃ§Ãµes pÃºblicas de ensino superior, por parte deste governo e doutros que lhe antecederam, apesar de termos a taxa de licenciados mais baixa da Europa.

Considerando que o Instituto PolitÃ©cnico de Viseu tem vindo a ser prejudicado pela desvalorizaÃ§Ã£o social do ensino politÃ©cnico, como foi reconhecido pelo prÃ³prio Conselho Coordenador dos Institutos Superiores PolitÃ©cnicos, num documento aprovado por unanimidade, em 5.01.2005, no qual se defendia, junto da comissÃ£o para a reorganizaÃ§Ã£o da rede de ensino superior, a alteraÃ§Ã£o da designaÃ§Ã£o das instituiÃ§Ãµes politÃ©cnicas para Universidades PolitÃ©cnica de forma a obterem as mesmas condiÃ§Ãµes de autonomia, de financiamento e de atribuiÃ§Ã£o de graus e diplomas.

Considerando que com esta alteraÃ§Ã£o, a Escola Superior de SaÃºde de Viseu, actualmente longe de rentabilizar todas as suas potencialidades, como jÃ¡ reconheceu a sua direcÃ§Ã£o, poderia vir a transformar-se na Faculdade de Medicina tÃ£o almejada pelos viseenses.

Considerando ainda que transformaÃ§Ã£o semelhante jÃ¡ ocorreu hÃ¡ quatro ou cinco dÃ©cadas atrÃ¡s noutros paÃ-ses, como na Inglaterra ou na Alemanha, com as universidades tÃ©cnico-cientÃ-ficas, e mesmo em Portugal, com a Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior e Universidade de TrÃ¡s-os-Montes e Alto Douro.

Considerando, por fim, que a divisÃ£o do ensino superior nestes dois subsistemas cada vez faz menos sentido, nÃ£o sÃ³ pela sobreposiÃ§Ã£o de cursos e funÃ§Ãµes, como pela interpenetraÃ§Ã£o cada vez maior da ciÃªncia e da tÃ©cnica, como na bioengenharia, mas tambÃ©m porque aquela divisÃ£o radica na reforma napoleÃ³nica, que na Ã¢nsia de acabar com o ensino escolÃ¡stico que provocou a estagnaÃ§Ã£o do conhecimento cientÃ-fico durante mais de mil anos â€“ da civilizaÃ§Ã£o grega atÃ© Ã RenascenÃ§a â€“ ao separar o trabalho intelectual do trabalho manual (considerado sÃ³ prÃ³prio de escravos ou das classes inferiores), acabaria por reproduzir nova hierarquizaÃ§Ã£o dos saberes. Foi este preconceito que em Portugal levou a que, por exemplo, os cirurgiÃµes, entendidos como tÃ©cnicos (â€œquirosâ€• = mÃ£o, em grego), formados em Escolas MÃ©dico-CirÃºrgicas de Lisboa e Porto, sÃ³ em 1911 Ã© que foram equiparados a mÃ©dicos, porque atÃ© aÃ- sÃ³ a Faculdade de Coimbra podia passar diploma de mÃ©dico.

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 8 de Janeiro de dois mil e dez, deliberou o seguinte:

1.Â Manifestar que os viseenses estÃ£o a ficar fartos de ver desperdiÃ§ar oportunidades e de ver que as promessas de vÃ¡rios governos no sentido de criar em Viseu uma universidade pÃºblica, sejam traduzidas, na prÃ¡tica, por projectos dÃ©beis, que permitem que sejam anulados pelos governos seguintes.

2.Â Que face Ã s propostas que tÃªm sido apresentadas nos Ãºltimos anos, consecutivamente frustradas, se nos afigura como melhor soluÃ§Ã£o para servir os interesses da regiÃ£o e do paÃ-s, apelar Ã mobilizaÃ§Ã£o dos vÃ¡rios agentes

polÃ-ticos da regiÃ£o, para em conjunto e cada um por si, sensibilizarem continuamente os membros do Governo para a defesa do ensino superior pÃºblico existente, o Instituto PolitÃ©cnico de Viseu, de forma a que possa evoluir rapidamente para uma Universidade PolitÃ©cnica, desenvolvendo, assim, todas as potencialidades das suas vÃ¡rias escolas, incluindo a Escola Superior de SaÃºde, tÃ£o desvalorizada face Ã s necessidades do paÃ-s, de modo a poder vir a transformar-se numa Faculdade de Medicina.

DeverÃ¡ ser dado conhecimento Ã s seguintes entidades:Â Presidente da RepÃºblica, Presidente da Assembleia da RepÃºblica, Grupos Parlamentares, Primeiro-Ministro, Ministro da CiÃªncia, Tecnologia e Ensino Superior, Ministra da EducaÃ§Ã£o, Governador Civil do Distrito de Viseu, AssociaÃ§Ã£o Nacional dos MunicÃ-pios Portugueses, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores PolitÃ©cnicos e Comunidade Intermunicipal da RegiÃ£o DÃ£o LafÃµes,

Â Â Â Â Â Â Â Â Viseu, 8 de Janeiro de 2010

Â Â Â Â Â Â Â O deputado do Bloco de Esquerda

Â Â Â Â Â Â Â Carlos Vieira